duas áreas prioritárias definidas pela United Nations Framework Convention for Climate Change (UNFCCC) para projetos de CDM – eficiência energética em geral e fontes renováveis de energia –, a cada dia fica mais evidente que serão atividades ligadas a (1) matérias-primas florestais: siderurgia, celulose e papel; e (2) à indústria sucroalcooleira – num primeiro momento, projetos ligados à geração de energia a partir de biomassa –: aquelas que saem na frente.

As demais, incluindo aí florestas de sumidouro e culturas ou atividades agrícolas de elevada *performance* em seqüestro de carbono, os acontecimentos da última reunião da COP-06 em Haia – inconclusa e prorrogada para continuar em Bonn em meados deste ano – indicam que irão demandar mobilização de governo e setor privado para serem incluídas no futuro.

Trata-se, sobretudo, de se demonstrar a real adicionalidade das atividades que compõem nosso agribusiness, a partir de aprofundados estudos e diagnósticos que indiquem a *baseline* de cada uma e as diferentes engenharias de processo utilizadas; a partir daí se poderá validar, verificar e certificar o ativo carbono a ser transformado em CERs.

Enquanto isso o presidente George W. Bush, fiel ao compromisso com produtores norte-americanos de petróleo e legitimado por baixíssima margem de votos da pequena parcela da sociedade norte-americana que se dispôs a votar, vira as costas à opinião pública mundial e torna sem efeito um compromisso, não de um governo que o antecedeu, mas de uma nação que é, reconhecidamente, uma das maiores responsáveis pelo aquecimento da Terra.

É esperar para ver – e quem viver verá!

José Carlos Pedreira de Freitas é membro da Carbon Change Network e diretor da Hecta - Participações e Investimentos Ltda

Cesta de moedas

A indexação do peso ao dólar e ao euro pode ser o modo menos doloroso de desvalorizar a moeda argentina

ARGEMIRO LUÍS BRUM

Através de seu ministro Domingo Cavallo, a Argentina começa finalmente a reconhecer a necessidade premente de desvalorizar sua moeda. No estágio atual da economia do país praticamente não há outro caminho a seguir. Num contexto de economia aberta, onde a maioria dos competidores já foi obrigada a realizar seus ajustes cambiais, a Argentina não pode se dar ao luxo de paliativos do tipo plano de competitividade, como o lançado recentemente pelo ministro Cavallo.

O problema argentino passa a ser agora a forma de conduzir essa desvalorização. Diante de um endividamento em dólares, que alcança cerca de 80%, tanto em nível público como privado, a política cambial assume um lugar de destaque e o ajuste da moeda não pode ser feito da forma clássica, estilo maxidesvalorização brasileira de janeiro de 1999.

A situação chegou a tal nível que não se pode mais postergar o problema – antes que o mercado leve a uma desvalorização sem controle por parte do governo argentino, o que seria catastrófico.

Nesse quadro entra a sutil idéia do ministro Cavallo de indexar o peso argentino a uma chamada cesta de moedas ou mais precisamente a duas moedas, o dólar e o euro.

Mesmo dourando a pílula, ou seja, anunciando que tal passo será dado quando as duas moedas chegarem à paridade, fica evidente que a média ponderada das duas jamais permanecerá por muito tempo em um por um. Ao encaminhar essa solução, o governo argentino está encaminhando uma tentativa de gradual desvalorização do peso.

O mercado já compreendeu isso e reage, fato que explica o forte ataque sobre o real brasileiro em abril: R$ 2,20 por dólar no dia 17, um recorde desde a criação da moeda em julho de 1994.

Pouco fôlego e inflação

Na verdade, se a indexação do peso argentino às duas moedas fosse feita hoje, pelo câmbio atual, a desvalorização do peso chegaria a pelo menos 6% para começar (sabe-se que na prática a defasagem do peso em relação ao dólar está muito acima desse percentual).

Mas existem outros problemas para a execução da estratégia. A primeira delas é o fato de que a moeda européia

Diante de um endividamento em dólares, que alcança cerca de 80%, tanto em nível público como privado, a política cambial assume um lugar de destaque e o ajuste da moeda não pode ser feito da forma clássica, estilo maxidesvalorização brasileira de janeiro de 1999.

somente estará circulando a partir de 1º de janeiro de 2002. Ou seja, o governo argentino terá de esperar até essa data para implementar a medida de forma completa – e a idéia é que a Argentina dê conversibilidade também ao euro.

A economia argentina, e particularmente o mercado cambial, parece não ter fôlego para esperar ainda oito meses. Além disso, o governo argentino terá de equacionar o problema dos reflexos imediatos na inflação do país que tal ação provocará.

Diante do atual déficit público, não será fácil controlar uma elevação dos preços, mesmo com a sua capacidade produtiva em ociosidade após quase três anos de recessão econômica. Soma-se a isso a possibilidade concreta de se perder o controle da desvalorização, como o Brasil enfrentou há dois anos, com suas bandas de flutuação e a desastrada *diagonal* do então ministro Francisco Lopes.

Nesse conjunto de problemas, entram ainda os aspectos de credibilidade dos investidores externos, que inicialmente deverão se retirar; os interesses do país em relação a seus parceiros econômicos, especialmente no contexto do Mercosul; o empobrecimento da sociedade argentina e as revoltas que tendem a ocorrer, dado o alto endividamento em dólares, e a própria governabilidade do presidente De la Rúa, já bastante enfraquecido nos últimos meses.

Pelo sim ou pelo não, o fato é que o ministro Cavallo, ao anunciar o processo com antecedência, está construindo uma saída quase ideal para o perverso esquema em que ele próprio acabou colocando o país, quando lançou o Plano de Estabilização Econômica, em abril de 1991, amarrando o peso ao dólar constitucionalmente.

Se por um lado essa ação elimina a possibilidade de uma dolarização da economia argentina – tão nefasta para o Mercosul em geral e o Brasil em particular –, por outro lado abre a possibilidade de o bloco trabalhar a questão de uma moeda única nos próximos anos, no estilo construído pela União Européia, exatamente em torno do euro.

O Brasil deve pensar com cuidado nessa possibilidade, que reforçaria o Mercosul, neste momento em que os mais afoitos acreditam que a construção da Alca absorverá e aniquilará o Mercado Comum do Sul.

BRASIL

Limite ao crescimento

Novos e antigos problemas políticos e econômicos põem em risco o desenvolvimento do país

A crise argentina não é o motivo central do ataque que o real vem sofrendo nas últimas semanas; apenas agrava o problema, somando-se à crise política nacional, ao fraco desempenho da balança comercial brasileira e à diminuição do ritmo da economia norte-americana.

O QUE VAI MAL

No fundo, o real está se depreciando porque o Brasil não consegue solucionar dois graves problemas econômicos históricos: o déficit crescente na balança de transações correntes e o déficit público.

Mesmo que no caso do último a situação esteja parcialmente encaminhada, isso se deve muito mais ao aumento de impostos e tarifas do que à diminuição nos gastos públicos. O Estado continua gastando mais do que arrecada – e portanto trabalhando com déficit.

Como os cortes de despesa não vêm ocorrendo a contento, em face de um Congresso Nacional corporativista e estruturado em bancadas de interesse, o Estado necessita cada vez mais de arrecadação. Isso compromete o futuro das reformas estruturais, a começar pela Reforma Tributária, tão importante para aumentar a competitividade aos produtos brasileiros no exterior e concorrer para a melhoria da balança comercial, sem necessidade de depreciar a moeda. Estamos, portanto, num círculo vicioso.

DÉFICIT INACEITÁVEL

Quanto ao déficit em transações correntes, o fato de não conseguirmos superávit na balança comercial já nos posiciona mal. Além disso, nossas despesas com a balança de serviços – ju-